

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA**



ISAIAS BARBOSA NUNES

**O TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA:
UMA CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DOCENTE NA SÉTIMA SÉRIE**

CURITIBA

2009

ARTIGO CIENTÍFICO

O TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DOCENTE NA SÉTIMA SÉRIE

Artigo Científico apresentado à Secretaria de Estado da Educação, como requisito para a conclusão de estudo, no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.

Professor PDE: Isaias Barbosa Nunes

Professora Orientadora: Dra. Nádia G. Gonçalves

IES: Universidade Federal do Paraná

**CURITIBA
2009**

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 EFEITOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
3 O ASPECTO SOCIAL E O TRABALHO NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	10
4 A UTILIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	12
5 METODOLOGIA	16
6 CARACTERIZAÇÃO DO GTR – GRUPO DE TRABALHO EM REDE	17
7 IMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA	19
8 CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	21

O TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DOCENTE NA SÉTIMA SÉRIE

Isaias Barbosa Nunes

Professor participante do PDE, Área de História da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Nádia G. Gonçalves (Prof^a. Dr^a.)

Professora orientadora PDE – Universidade Federal do Paraná – UFPR – Curitiba.

RESUMO

Com suas raízes fundidas no sistema feudal, a Revolução Industrial instaurou o modo de produção capitalista e proporcionou transformações mais profundas vividas pela sociedade inglesa na segunda metade do século XVIII. As mudanças ocorreram por toda a parte, criando-se o sistema de fábricas em substituição ao trabalhador coletivo em substituição ao trabalhador da velha manufatura. No mercado de trabalho houve aumento das horas trabalhadas, baixos salários e desemprego. Outra característica marcante foi a utilização do trabalho infantil nas fábricas que, ao lado das mulheres, era a mão-de-obra mais barata e preferida pelos patrões. Levando em conta esses aspectos, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir referências e atividades para o ensino de História sobre o tema “O Trabalho Infantil na Revolução Industrial Inglesa”. O assunto é relevante e, certamente, vai abrir um espaço de reflexão e pesquisa profícuo para os professores.

“PALAVRAS-CHAVE”: fábricas; História; mudanças; Revolução Industrial; trabalho infantil.

ABSTRACT

With its roots deeply in the feudal system, the Industrial Revolution brought the capitalist mode of production and provided deeper transformations experienced by the British in the second half of the eighteenth century. The changes occurred everywhere, creating the factory system to replace the collective worker to replace the old manufacturing worker. In the labor market showed an increase in working hours, low wages and unemployment. Another striking feature was the use of child labor in factories, the women's side, was the labor force cheaper and preferred by employers. Considering these aspects, this article aims to present and discuss references and activities to teach history on the theme "Child Labor in the English Industrial Revolution." The subject is relevant and, indeed, will open a space for reflection and research useful for teachers.

“KEYWORDS”: factories, History; changes; Industrial Revolution, child labor.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial iniciou-se na segunda metade do século XVIII na Inglaterra e tornou os métodos de produção mais eficientes, barateando os preços e estimulando o consumo. O poder produtivo tornou-se capaz de uma multiplicação rápida de mercadorias e serviços, por causa da substituição das ferramentas pelas máquinas, do modo de produção doméstico pelo sistema fábrica.

Com a grande transformação verificada no sistema produtivo, a Revolução Industrial ocasionou uma verdadeira mudança no sistema social. Conseqüentemente, houve muita exploração do trabalho infantil, pois as crianças eram obrigadas a trabalhar num ambiente com falta de higiene, imoralidade, depravação e por um período de até 18 horas (ARRUDA, 1984:76-77). Desse modo, o trabalho infantil faz parte da Revolução Industrial e a abordagem desse assunto é importante para a formação crítica do estudante que poderá avaliar as principais conseqüências da utilização dessa mão-de-obra.

Em razão da importância que o tema requer, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir referências e atividades para o ensino de História sobre o tema “O Trabalho Infantil na Revolução Industrial Inglesa”.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa na historiografia sobre a inserção do trabalho infantil na Revolução Industrial e o levantamento de fontes primárias e secundárias sobre o tema. Também foram desenvolvidas propostas de atividades sobre o tema.

Por ser resultado de um projeto desenvolvido e implementado no Programa de Desenvolvimento de Educação do Estado do Paraná, a metodologia utilizada foi a bibliográfica e a pesquisa-ação. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1996:48). Já a pesquisa-ação é:

Um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14).

Levando em conta a pesquisa bibliográfica que forneceu o necessário suporte teórico para as atividades práticas, os professores de História do Ensino Fundamental foram envolvidos na pesquisa-ação, quando foi apresentado um caderno pedagógico ou temático, sobre o tema da pesquisa para utilização nas aulas de História instigando-os a adotar novas práticas em sala de aula.

2 EFEITOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Certamente, a Revolução Industrial foi um marco na história da humanidade que impulsionou todas as atividades humanas, especialmente na Inglaterra o seu berço natal. Esse evento forneceu ao capitalismo inglês a estabilidade que faltava para expandir os investimentos e ampliar os lucros.

Para muitos teóricos, entre eles Hobsbawm, este foi provavelmente, o mais importante acontecimento na história do mundo. Porém, qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele se deveu à superioridade tecnológica e científica e condições mais adequadas ao desenvolvimento que naquela época estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha (HOBSBAWM, 2007:52).

O século XVIII também foi marcado pelo grande salto tecnológico nos transportes e máquinas, especialmente as máquinas à vapor. As transformações que a Revolução Industrial provocou foram profundas, pois alteraram as condições de vida do trabalhador braçal, fazendo com que houvesse um intenso deslocamento da população rural para as cidades. A Revolução criou enormes concentrações urbanas na Inglaterra e oportunizou um rápido crescimento das cidades.

A Revolução permitiu que se construísse a primeira economia industrial de vulto. Essa economia utilizava a força de 1 milhão de cavalos em suas máquinas a vapor, produzia aproximadamente 1.800 mil metros de tecido de algodão por ano em mais de 17 milhões de fusos mecânicos, importava e exportava 170 milhões de libras esterlinas em mercadorias em um só ano. (HOBSBAWM, 2007:54). Esses dados eram bastante altos para a época, pois até o início da Revolução Industrial, a Inglaterra ainda vivia numa economia tradicional, na qual as técnicas eram normalmente transmitidas de pai para filho sem mudança ou pensamento de modificar e não havia um aumento do fluxo de invenções ou de idéias em prol de transformações adequadas para incorporação no processo produtivo.

A Revolução espalhou-se por toda a Europa, América e Ásia. As ferrovias se expandiram, surgindo outras formas de energia, como a derivada do petróleo e a hidrelétrica. Outrossim, entre as principais razões do desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra, foi que o país possuía uma burguesia muito capitalizada em função dos lucros auferidos com as atividades comerciais da época mercantilista, contava com um regime de

governo (parlamentarismo) que favorecia o desenvolvimento capitalista, possuía grandes jazidas de carvão e ferro e concentrava abundância de mão-de-obra nas cidades (PORTAL BRASIL, 2009:2).

As principais características da Revolução Industrial na Inglaterra mostram que o sistema fabril, com sua organização eficiente em grande escala e sua divisão de trabalho, representou um aumento tremendo na produção. As mercadorias saíam das fábricas num ritmo intenso. Esse aumento da produção foi provocado pelo capital, abrindo caminho na direção dos lucros. As mercadorias produzidas nas fábricas encontravam também um mercado interno simultaneamente com o mercado externo, por causa do crescimento da população da própria Inglaterra (HUBERMAN, 1976:184).

Para muitos historiadores a Inglaterra foi o país ideal para o desenvolvimento da Revolução Industrial, pois já havia uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial, as atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas há muito tinham-se disseminado por um interior não feudal. Um ponto importante a destacar é que a agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento: fornecer o crescente excedente de recrus para as cidades e as indústrias e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBSBAWM, 2007:54).

Essas considerações levam a crer que a Inglaterra realmente foi um país propício ao desenvolvimento da Revolução Industrial, servindo de incentivo a outros países da Europa e do restante do mundo. A Revolução significou a implantação da produção fabril na Inglaterra e constituiu, por assim dizer, o próprio regime capitalista de produção e antes de mais nada, um salto qualitativo na evolução das forças produtivas.

A Inglaterra foi transformada na maior potência mundial. Em 1801, o país alcançava mais de 10 milhões de habitantes. Londres chegava a cerca de 900.000. Bristol era a segunda cidade, com mais de 100.000. Logo atrás vinham as novas cidades industriais, como Leeds, com 53.000, Sheffield, com 46.000, Manchester, com 35.000 e Birmingham, com 23.000. Menos de 40% da população total vivia no campo (MAGALHÃES FILHO, 1975:267).

Certamente, a Revolução Industrial criou uma civilização com perspectivas de crescimento quase ilimitadas. Trouxe um novo sistema econômico e social, o capitalismo,

cuja característica principal reside na orientação das atividades econômicas no sentido do lucro, cuja classe dominante fundamenta seu poder na posse dos bens de capital e cujas relações de produção são assalariadas.

Sob a égide do capitalismo, surgiu o protestantismo calvinista, a democracia representativa, o liberalismo, o Esclarecimento, o racionalismo e o estudo científico da economia (MAGALHÃES FLHO, 1975:273).

Esses fatos foram por assim dizer, importantíssimos para que se possa ter uma idéia do impacto da Revolução Industrial sobre as atividades humanas. Outrossim, resta saber quais as influências dessas transformações no meio social e laboral.

3 O ASPECTO SOCIAL E O TRABALHO NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Entre os resultados da Revolução Industrial, no aspecto social, estabeleceu-se maior distanciamento entre o operariado que vivia em condições de miséria, e os capitalistas. Separavam-se em quase tudo, no acesso à modernidade, nas condições de habitação e mesmo nos locais de trabalho. Nas grandes empresas fabris e comerciais, os proprietários já não estavam em contato direto com os operários, delegando a outros administradores as funções de organização e supervisão do trabalho (PORTAL BRASIL, 2009:3).

O empreendimento em grande escala, o sistema fabril com sua nova disciplina, as comunidades fabris, onde o industrial não só se enriquecia com o trabalho da sua mão-de-obra, tudo contribuiu para a transparência do processo de exploração e para a coesão social e cultural do explorado (THOMPSON, 1987:22). A essência da transformação estava na alteração do caráter da produção. O significado mais amplo da Revolução Industrial tinha sido precisamente delineado por Karl Marx, para quem esta revolução marcara a separação entre a propriedade e o trabalho e a concentração da riqueza imobiliária havia encerrado definitivamente a sociedade dominada ainda por formas de propriedade e produção feudais, inaugurando uma nova sociedade, com novas formas de propriedade dos meios de produção, novas relações sociais decorrentes do processo de produção capitalista (ARRUDA, 1984:15).

Os trabalhadores moravam em ruas que não tinham calçadas e os esgotos corriam a céu aberto. O fato de a água não ser tratada facilitava o contágio com doenças, como o cólera. Outro problema é que as fábricas lançavam no ambiente substâncias poluentes e tóxicas como fuligem liberada das caldeiras e produtos usados no tratamento dos tecidos e das tintas. Doenças respiratórias como asma, bronquite, tuberculose e pneumonia se tornaram comuns nas cidades inglesas (MELANI, 2006:73).

Sob a Revolução Industrial, o mercado de trabalho absorvia todos os braços disponíveis. As mulheres e as crianças também eram atraídas, ampliando a oferta de mão-de-obra e as jornadas de trabalho oscilavam entre 14 e 18 horas diárias. Os salários, já insuficientes, tendiam a diminuir diante do grande número de pessoas em busca de emprego e da redução dos preços de venda dos produtos provocada pela necessidade de competição. Isso sem contar que as inovações tecnológicas, muitas vezes, substituíam inúmeros trabalhadores antes necessários à produção (PORTAL BRASIL, 2009:3).

O recrutamento dos trabalhadores para a nova forma de produção na Inglaterra ocorreu à base da reunião de todos os meios produtivos em mãos do empresário e através dos meios coercitivos bastante violentos. Quem não se apresentava voluntariamente era conduzido às oficinas públicas dirigidas com severa disciplina. Quem abandonava o posto de trabalho era tratado como vagabundo. Nenhum desocupado recebia ajuda senão mediante seu ingresso nas oficinas coletivas. O poder da classe abastada era absoluto. Até a segunda metade do século XIX, dispôs da mão-de-obra como bem entendia (WEBER, 1968:274).

Para atender a demanda das indústrias, houve aumento das horas de trabalho, embora os baixos salários e o desemprego tenham contribuído para o aumento das greves e revoltas do povo.

Os conflitos entre operários e padrões geraram problemas de caráter social e político, aos quais, em seu conjunto, se convencionou chamar de questão social. Os trabalhadores organizaram-se em sindicatos para melhor defenderem os seus interesses exigindo: salários dignos, redução da jornada de trabalho, melhores condições de assistência e segurança social. Com esse cenário surgiram as novas doutrinas sociais que pregavam a criação de uma nova sociedade livre da miséria e da exploração reinante (PORTAL BRASIL, 2009:3).

O excedente de mão-de-obra era pura e simplesmente expulso da terra. Como não tinham para onde ir ficavam nas estradas, perambulando ao longo delas, vivendo de expedientes, de furtos ou de assaltos, isolados ou em grandes grupos, invadindo aldeias para pedir comida, ou simplesmente morrendo de fome ou de doenças.

O povo foi submetido a duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. As relações entre empregados e patrões tornaram-se mais duras e menos pessoais. Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado ou, frente às duas (THOMPSON, 1987:23).

Os trabalhadores eram ameaçados e castigados no trabalho por faltas irrelevantes como estar “sujo, ter assobiado ou conversar”. As crianças inicialmente com seis anos e as mulheres compunham a mão-de-obra preferida dos empregadores, pois os seus salários eram bem inferiores em relação ao de um homem adulto. As crianças recebiam socos e pontapés dos chefes por qualquer brincadeira, erro ou atraso no trabalho (HUBERMAN, 1986, p. 178).

Os empresários impunham duras condições aos operários para aumentar a produção e garantir uma margem de lucro crescente. Estes se organizaram em associações para reivindicar melhores condições de trabalho, dando origem aos sindicatos.

4 A UTILIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Há indícios de que a utilização da mão-de-obra infantil já ocorria por volta de dois mil anos antes de Cristo, especialmente no Egito, onde os menores eram submetidos ao regime geral e deviam trabalhar desde que tivessem relativo desenvolvimento físico. Em Roma as crianças trabalham como aprendizes e na Idade Média, as crianças trabalhavam tanto quanto os adultos.

Ao longo da história, o trabalho infantil era adotado pelas famílias submetidas à pobreza, por concepções religiosas, ou pelo caráter disciplinador e educador da formação humana.

Na linha do tempo, as transformações no mundo laboral que intensificaram o ritmo do trabalho, ampliaram progressivamente o volume da produção do trabalhador individual e coletivamente não foram suficientes para que a humanidade prescindisse da exploração do trabalho infantil. Ela continua ocorrendo no mundo todo, especialmente na produção fabril.

O trabalho infantil foi uma das características mais marcantes da Revolução Industrial. A concepção era de que as crianças pobres deveriam trabalhar, porque o trabalho protege do crime e da marginalidade, uma vez que o espaço fabril era concebido em oposição ao espaço de rua, considerado desorganizado e desregulado. Além disso, o trabalho das crianças permitia um aumento da renda familiar, ao mesmo tempo em que podia ser visto como uma escola, a escola do trabalho (ALVIM, 1994:136).

As crianças eram utilizadas nas fábricas e nas minas de carvão, sendo que muitas morriam devido ao excesso de trabalho, da insalubridade do ambiente e da desnutrição. Entre 1780 e 1840 intensificou-se a exploração de crianças. Eram ajudantes de cozinheiro, operadoras de portinholas de ventilação, ou nas fábricas. Mas o trabalho infantil existia antes mesmo de 1780. A criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes mesmo de 1780 e como tal permaneceu até ser resgatada pelas escolas. As crianças também trabalhavam na agricultura, frequentemente mal agasalhadas, no campo ou na fazenda, sob qualquer condição climática (THOMPSON, 1987:202).

O mesmo autor mostra que antes da Revolução Industrial já havia uso do trabalho infantil, contudo, não era predominante nem tão intenso. Há registros de trabalho infantil ao longo da história, geralmente ligados ao trabalho artesanal e familiar nas comunidades

primitivas e na agricultura. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporavam ao processo de socialização profissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta (NEVES, 1999:10-11).

As condições de vida dos pequenos trabalhadores era dantesca: trabalhavam até 18 horas por dia, sob o açoite de um capataz que ganhava por produção (ARRUDA, 1984: 77).

A crueldade no uso do trabalho infantil na fábrica não ficava indiferente para os pais das crianças. Eles ingressaram nas lutas pela redução da jornada de trabalho, contribuindo para a formação de Comitês pela Redução da Jornada dos Trabalhadores, contra os quais houve a formação das Comissões das Fábricas que defendiam os interesses dos patrões. Contra a crueldade, os Comitês para Redução da Jornada organizavam campanhas entre os operários (THOMPSON, 1987:207).

Muitas fábricas eram concebidas como uma espécie de casa de correção para crianças indigentes. As crianças mais jovens enrolavam carretéis, as mais velhas verificavam eventuais defeitos, recolhiam sobras de tecidos ou ajudavam a acionar a laçadeira nos teares maiores. O trabalho infantil estava profundamente arraigado nas atividades têxteis, despertando a inveja dos trabalhadores em ocupações onde as crianças não podiam trabalhar e aumentar o rendimento da família (THOMPSON, 1987:204)

As crianças submetiam-se ao trabalho com maior facilidade e passaram a ser buscadas entre aquelas amparadas pelas paróquias. Estas faziam contratos com o fabricante que se comprometia a alimentar e educar os meninos e meninas cedidos para o trabalho. Os aprendizes das paróquias ficavam confinados nas fábricas, isolados da sociedade e ao arbítrio dos patrões. Nos primeiros tempos da Revolução Industrial, não foram raras as denúncias sobre torturas e maus tratos dispensados a elas. As fábricas impunham uma disciplina de trabalho mais rígida do que a existente nas oficinas manufatureiras. Portanto, das crianças que trabalhavam nas fábricas, poucas conseguiam escapar aos acidentes de trabalho e das mutilações que esses acidentes provocavam. Ao atingir a vida adulta, não era pequeno o número de mendigos aleijados a vagar pelas cidades em busca das esmolas que os ajudaria a prosseguir. Seu caminho sem esperança de dias melhores e conformados de que seu destino era vagar pelas ruas até tomarem em leitos de morte, onde estariam livres desta vida miserável (HOBSBAWM, 1989:10-11)..

Os acidentes mais comuns entre as crianças ocorriam porque elas ficavam por intermináveis horas sobre as máquinas, muitas vezes sustentadas por uma perna-de-pau, pois seu pequeno tamanho não lhes permitia atingir o cimo dos altos teares. Muitas crianças adormeciam e tinham seus dedos estraçalhados pelas engrenagens dos teares. O número de acidentes ocorridos não tem paralelo na história da maquinaria. Num único estabelecimento industrial, de estomatar o linho, entre 1852 e 1856, houve seis casos de morte e 60 mutilações graves. Não havia qualquer indenização pelos membros amputados, muito menos para os dias de paralisação das atividades (ARRUDA, 1984:78).

O trabalho infantil era o escolhido, especialmente nas tecelagens, onde se exigia pouca força muscular e os dedos finos das crianças adaptavam-se perfeitamente à tarefa de atar os fios que se quebravam em meio à trama. Sua debilidade física era garantia de docilidade, recebendo apenas entre 1/3 e 1/6 do pagamento dispensado a um homem adulto e, muitas vezes, recebiam apenas alojamento e alimentação. Os contratos que prendiam os pequenos trabalhadores à fábrica eram em geral de 7 anos, a mesma duração da antiga aprendizagem. Os patrões comprometiam-se a dar-lhes formação profissional, educação religiosa e moral. Muitos pais recusavam-se a permitir que seus filhos fossem remetidos às fábricas, mas os apertos financeiros levavam-nos a abandonar qualquer tipo de restrição (ARRUDA, 1984:76).

Comparando o trabalho infantil doméstico com o fabril é possível afirmar que o trabalho na fábrica era mais árduo para a criança, pois não havia a separação entre brincar e trabalhar como havia no trabalho doméstico no qual pode-se supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-a com entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenhas e as brincadeiras (THOMPSON, 1987:205).

O capitalismo não inventou o trabalho infantil, mas criou as condições para que as crianças não só fossem transformadas em adultos precoces, em trabalhadores livres, como destituídas de uma tradição em que trabalho e relações familiares, como eram vividas nas indústrias e domicílios, permitiam a sua reprodução enquanto criança. Ao entrarem no espaço fabril, jogadas às máquinas, permaneciam sob a supervisão de estranhos, forçadas a se submeter a longas jornadas de trabalho, sem intervalo, recebendo um pagamento inferior ao do adulto pelo seu trabalho (THOMPSON, 1987:204).

A exploração do trabalho infantil ao lado do trabalho das mulheres constituiu-se numa das principais fontes de trabalho humano para os donos dos meios da produção, que intensificaram gradativamente a exploração para a valorização do capital. O trabalho-castigo ganhou pleno sentido com a Revolução Industrial, com legiões de crianças nas linhas de produção e em jornadas de trabalho quem nem aos cavalos era imposta: os cavalos custavam caro (MARTINS, 2006:14).

Com a invenção da luz elétrica houve uma dilação das jornadas de trabalho, que deixou de contar com o limite imposto pelo nascer e pelo pôr-do-sol. As chamadas “meias forças” (mulheres, crianças e adolescentes) passaram a ser as prediletas dos industriais, posto que se submetiam a perceber salários inferiores aos dos homens. A força de trabalho era vista como mera mercadoria sujeita às flutuações da lei da oferta e da procura: o emprego da mão-de-obra infantil representava uma redução do custo de produção e um meio eficiente para enfrentar a concorrência (MINHARRO, 2003:37).

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação. Para a pesquisa bibliográfica foram utilizadas algumas obras dos historiadores Eric J. Hobsbawm e E.P.Thompson, além de outros autores.

Já a pesquisa-ação é um instrumento ideal para uma pesquisa relacionada à prática. Neste enfoque Engel (2000) é claro ao explicitar as características essenciais da pesquisa-ação que são, em síntese:

- Superação da separação entre sujeito e objeto;
- O pesquisador se assemelha a um praticante social que intervém numa situação com o fim de verificar se um novo procedimento é eficaz ou não;
- Ela é situacional: procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados;
- É auto-avaliativa, pois as modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e o *feedback* obtido no monitoramento da prática é necessário, trazendo benefícios para o próprio processo, isto é, para a prática;
- Por fim, ela é cíclica, pois as fases finais são usadas para aprimorar os resultados das fases anteriores.

A pesquisa-ação foi desenvolvida junto aos professores de História do Ensino Fundamental, no Colégio Estadual Santo Agostinho, na Rua Cascavel, 1610, Boqueirão, em Curitiba, Paraná. Esse Colégio atua no Ensino Fundamental e Médio. Funciona nos períodos manhã, tarde e noite. Atende a um público de aproximados 1.044 alunos, com 50 professores, 20 funcionários e foi fundado em 1988.

6 CARACTERIZAÇÃO DO GTR – GRUPO DE TRABALHO EM REDE

É uma forma de ensino virtual à distância, utilizada na formação continuada dos professores da Rede Pública do Estado do Paraná.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – está integrado as atividades da formação continuada em Educação/SEED-PR, proporcionando aos professores da Rede Pública Estadual subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, e que resultem em redimensionamento de sua prática pedagógica.

Os Grupos de Trabalho em Rede – GTR – constituem-se numa atividade do PDE e caracterizam-se pela interação virtual entre o Professor PDE e os demais professores da rede pública estadual e busca efetivar o processo de Formação Continuada já em curso promovido pela SEED/PDE..

Dentre os professores cursistas do GTR , que estudaram o tema: O TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA, observou-se o seguinte:

- o professor A, avaliou que o tema está bem fundamentado nas diretrizes e em autores consagrados na revisão bibliográfica, é um tema importante atual e propicia enorme preocupação com os problemas da infância e da adolescência na atualidade como a fome, a desnutrição e etc., constantemente noticiados em todas as mídias;
- o professor B analisou que, hoje em dia, uma boa parcela de nossos alunos são alunos trabalhadores e, ao estudar-se este conteúdo, percebe-se uma grande relação com a vida atual deles;
- o professor C, relata que esse tema pesquisado diretamente nas fontes é uma forma de trabalho que dispensa o livro didático, que é incompleto deixando muito a desejar no trabalho pedagógico.

Dessa maneira procurou-se demonstrar que mesmo num curso a distância os professores puderam estudar uma nova prática pedagógica e alguns professores relatam como trabalharam esse assunto:

- O professor D relata que aplicou as atividades em sala e foram muito bem recebidas pelos alunos. O assunto chamou muito a atenção dos educandos para a questão da exploração do trabalho infantil, pois levantou problematizações que levaram os mesmo a tomarem consciência de um fato que não só aconteceu no período da Revolução Industrial, mas que essa exploração acontece hoje, mesmo

após se conquistar direitos específicos a criança;

- o professor E disse que os educandos através da discussão colocaram que esse trabalho só vai deixar de existir à medida que a própria criança tenha conhecimento dos seus direitos e denuncie quando comprovado esse tipo de exploração;
- o professor F fez as seguintes colocações: inclui uma pesquisa, onde os alunos pesquisaram a situação do Trabalho Infantil no Paraná. Após feito a pesquisa os alunos construíram um esquema comparativo destacando a situação do trabalho infantil no século XVIII com o existente ainda no século XXI. Ao aplicar o assunto em sala de aula, percebi que os alunos compararam as semelhanças e as diferenças entre o trabalho infantil da Revolução Industrial Inglesa com o trabalho infantil nos dias de hoje. Também comentaram e criticaram assuntos atuais envolvendo crianças, como a prostituição infantil nas cidades maiores. Também tentamos juntos elaborar soluções para estes problemas, visto que, mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente muita coisa ainda se encontra errada. Diante dos resultados apresentados, foi feita uma implementação pedagógica junto aos professores.

7 IMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A Implementação Pedagógica do tema: O TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA, foi bem aceita na escola. Durante oito encontros de quatro horas cada, estudou-se e discutiu-se o Projeto de Implementação Pedagógica na Escola e a Produção Didático-Pedagógica, que é um Caderno Pedagógico sobre o tema.

Quando se trabalhou o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, os professores observaram que o livro didático é de grande importância no trabalho pedagógico, porém, contém falhas por ser a visão de apenas alguns autores sobre um fato histórico e que quando se busca diretamente nas fontes o fato histórico, o assunto a ser trabalhado com os alunos torna-se muito mais rico. Além disso, concluíram que o livro didático é incompleto e não deve ser seguido como se fosse uma Bíblia. Outra observação importante foi a da relação do conteúdo do tema com as propostas das Diretrizes de História do Estado do Paraná. Quanto aos autores que fundamentam o tema, foi com grande satisfação os olhares sobre o passado que eles proporcionaram verificando-se em todos os professores que o tema de estudo é realmente importante e muito relevante.

Em relação ao Caderno Pedagógico, procurou-se no item Contexto da Revolução Industrial, elaborar um Conceito de Revolução Industrial, mas optou-se em deixar que, através do uso das fontes históricas com os autores consagrados, cada professor estabelecesse uma conclusão com seus alunos, pois não se obteve consenso entre os professores para estabelecer um conceito de Revolução Industrial, inclusive havia posições muito antagônicas com alguns professores defendendo uma visão extremamente progressista de Revolução Industrial e outros não.

Entretanto, ao se discutir as condições de vida e de trabalho da época, bem como a situação das cidades, foram realizadas colocações pelos professores que serviram para que todos entendessem que era normal a situação em que se vivia, e que somente após reflexões intelectuais é que foi esclarecido naqueles tempos que para a maioria das classes populares a situação era extremamente precária, o que gerou conflitos sociais até evoluir para melhores condições.

Ao estudar-se o trabalho infantil, o interesse cresceu mais ainda, visto que nas escolas estaduais, grande parcela dos alunos são trabalhadores, ou filhos de trabalhadores. Portanto a identificação deles com o tema também deixou os professores mais interessados em estudá-lo e aprofundá-lo, pois observa-se ainda hoje alunos que trabalham em situações em que a lei

não é respeitada. E para auxiliar a construção de uma visão mais nítida da época assistiu-se ao filme Padre DAENS (2006) que aborda o trabalho infantil na época da Revolução Industrial.

8 CONCLUSÃO

Os professores se sentiram motivados a trabalhar essa temática, e ao mesmo tempo discutiram sua relação com a realidade atual, pois, não se deve deixar de analisá-la e contrastá-la com o processo histórico, para que, através da reflexão se busquem novos e melhores caminhos rumo a felicidade de todos. Por isso, ao verificar-se a idade com que a criança ia para o trabalho, a carga horária, as condições de trabalho, de moradia, de alimentação, de saúde, enfim, o mundo da criança, foi chocante para todos. Procurou-se abordar esse assunto com os alunos, propiciando-lhes uma visão crítica desse tema que mesmo nos dias atuais, merece muita atenção. Todos concordaram que o trabalho infantil precisa ser combatido e que lugar de criança é na escola, para receberem uma formação que lhes propicie tornarem-se cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres. Terminada a implementação do Caderno Pedagógico na escola, foi uma satisfação geral essa maneira de trabalhar uma tema de História, utilizando-se de várias fontes, e deixando para os alunos a sua conclusão pessoal e final, superando uma visão de História pronta e acabada para sempre.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Roberto. **O trabalho infanto-juvenil em discussão. Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1994.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Revolução industrial e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf> . Acesso em 25 nov. 2009.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação.** Curitiba: Editora da UFPR, 2000, n. 16, p. 181-191.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de **História Econômica.** São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

MARTINS, Jose de Souza. A infância breve na sociedade indiferente. **O Estado de São Paulo**, 3 dezembro 2006. Caderno Aliás, p. 14.

MELANI, Maria Raquel Apolinário. **Projeto Araribá: História 7ª. série.** São Paulo: Moderna, 2006.

MINHARRO, Erolde dos Santos Ribeiro. **A criança e o adolescente no direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2003.

NEVES, Danuel. **A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativa de prevenção.** Niterói: Intertexto, 1999.

PORTAL BRASIL. **Revolução industrial.** Disponível em: http://www.portalbrasil.net/historiageral_revolucaoindustrial.htm Acesso em 15 nov. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEBER, Max. **História geral da economia.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.